



## Itinerários biográficos de mulheres intelectuais mediadoras na editoria da Revista Educando (Minas Gerais, 1927-1945)<sup>1</sup>

Biographical itineraries of women mediators and intellectuals in the editing of “Revista Educando” (Minas Gerais, 1927-1945)

Itinerarios biográficos de mujeres intelectuales mediadoras en la redacción de la “Revista Educando” (Minas Gerais, 1927-1945)

Lucas José Magalhães Alves  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0001-7657-1246>  
<http://lattes.cnpq.br/4624948340652997>  
[lucasmagalhaesalves@hotmail.com](mailto:lucasmagalhaesalves@hotmail.com)

Vera Lúcia Nogueira  
Universidade do Estado de Minas Gerais (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0002-4589-6010>  
<http://lattes.cnpq.br/3537916564986264>  
[vera.nogueira@uemg.br](mailto:vera.nogueira@uemg.br)

### Resumo

À luz da História das Intelectuais e do método prosopográfico, apresentamos um estudo sobre a trajetória de sete professoras - Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Leonilda Scarpelli Montandon, Leticia Chaves Campos, Marieta Leite, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão e Zembla Soares Pinheiro Chagas - que estiveram à frente da editoria da Revista Educando, impresso de orientação técnico-pedagógica publicado entre 1940 e 1945 pela Associação de Professores Primários de Minas Gerais, entidade fundada em 1931 com o objetivo de promover a formação moral, intelectual e a cultura pedagógica das professoras primárias mineiras. O recorte, 1927 a 1945, se refere ao íterim em que elas se mudaram para Belo Horizonte, construindo suas redes de sociabilidades e se dedicando à difusão dos Métodos Ativos propagados pelas reformas educacionais mineiras das primeiras décadas do século XX. A atuação profissional e intelectual dessas mulheres permite reconhecê-las como intelectuais mediadoras do campo da Educação brasileira.

**Palavras-chave:** Prosopografia; Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais; Associação de Professores Primários de Minas Gerais.

<sup>1</sup> O trabalho vincula-se a resultados parciais da dissertação “Mulheres intelectuais na mentoria e editoria da “Revista Educando” em Minas Gerais (1929 a 1945)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais e no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHHEB). Entre novembro de 2021 e março de 2022, contamos com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

## Abstract

Based on the History of Intellectuals and the prosopographical method, we present a study about the trajectory of seven female teachers: Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Leonilda Scarpelli Montandon, Letícia Chaves Campos, Marieta Leite, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão and Zembla Soares Pinheiro Chagas - who were at the forefront of editing the journal *Revista Educando*, a publication with a technical-pedagogical focus released between 1940 and 1945 by the Associação de Professores Primários de Minas Gerais, an entity founded in 1931 with the aim of promoting the moral, intellectual, and pedagogical culture of primary school teachers in Minas Gerais. The period from 1927 to 1945 refers to the time frame during which they moved to Belo Horizonte, building their social networks and dedicating themselves to spreading the Active Methods promoted by the educational reforms in Minas Gerais in the early decades of the 20th century. The professional and intellectual activities of these women allow us to recognize them as mediating intellectuals in the field of Brazilian Education.

**Keywords:** Prosopography; Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais; Associação de Professores Primários de Minas Gerais.

## Resumen

A partir de la Historia de las Intelectuales y del método prosopográfico, presentamos un estudio sobre la trayectoria de siete profesoras: Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Leonilda Scarpelli Montandon, Letícia Chaves Campos, Marieta Leite, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão y Zembla Soares Pinheiro Chagas, quienes estuvieron al frente de la editorial de la *Revista Educando*, una publicación de orientación técnico-pedagógica publicada entre 1940 y 1945 por la Associação de Professores Primários de Minas Gerais, entidad fundada en 1931 con el objetivo de promover la formación moral, intelectual y la cultura pedagógica de las profesoras primarias de Minas Gerais. El recorte, 1927 a 1945, se refiere al período en que se mudaron a Belo Horizonte, construyendo sus redes de sociabilidad y dedicándose a la difusión de los Métodos Activos propagados por las reformas educacionales de Minas Gerais de las primeras décadas del siglo XX. La actuación profesional e intelectual de estas mujeres permite reconocerlas como intelectuales mediadoras en el campo de la Educación brasileña.

**Palabras-clave:** Prosopografía; Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais; Associação de Professores Primários de Minas Gerais.

Recebido: 10/02/2025

Aprovado: 28/05/2025

## Introdução

Neste artigo, apresentamos um estudo das trajetórias e atuações profissionais de sete mulheres – Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Leonilda Scarpelli Montandon, Letícia Chaves Campos, Marieta Leite, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão e Zembla Soares Pinheiro Chagas – e professoras do Ensino Primário, aqui consideradas como intelectuais mediadoras (Gomes, Hansen, 2016) em razão do forte protagonismo que tiveram no campo da Educação em Minas Gerais, especialmente, à frente da editoria de um importante impresso de orientação técnico-pedagógica publicado, entre os anos de 1940 e 1945, pela Associação de Professores Primários de Minas Gerais (APPMG)<sup>2</sup>: a Revista Educando.

Este estudo integra o esforço de dar visibilidade à atuação de mulheres como intelectuais no campo educacional. Isso porque, historicamente, se observa que a educação – principalmente em seus níveis infantil e básico – se configura como uma área, predominantemente, ocupada por mulheres, em especial, nas investigações com recortes nas décadas de 1920/30, momento de aumento do protagonismo feminino no magistério brasileiro (Orlando, 2020; 2021). Além disso, não obstante o considerável volume de pesquisas mostrar mulheres e seus produtos culturais em diferentes épocas, nos assuntos relacionados “à educação e à pedagogia, sua contribuição como intelectuais da educação ainda é pouco conhecida” (Orlando, 2021, p.57). A exemplo, o livro “Intérpretes do Brasil” (2014),

organizado pelos professores Luiz Bernardo Pericás, Lincoln Ferreira Secco, da USP, traz 27 intérpretes do Brasil, inclusive alguns considerados pelos organizadores como renegados pela historiografia, mas nenhuma mulher dentre eles, embora haja mulheres autoras. (Orlando, 2021, p.46).

Nesse sentido, não é errôneo afirmar que, na produção histórica nacional, geralmente, são os homens os sujeitos tidos como os grandes intérpretes do Brasil e, conseqüentemente, da educação. Assim, não é à toa que, “em larga medida, ao falarmos de intelectuais, nosso pensamento tende a trazer à memória uma figura masculina” (Orlando, 2021, p.46). No campo editorial, Ribeiro (2018) também nos adverte sobre um perceptível apagamento histórico dos protagonismos femininos. A esse respeito, a autora ressalta que:

A palavra editora é um substantivo feminino em português. No entanto, diz respeito, mais comumente, às casas editoriais e às empresas publicadoras de livros. Mais raramente a palavra é entendida como referente a uma mulher ou a um cargo que também pode ser ocupado por uma profissional do sexo feminino. Dependemos do contexto para assim compreendê-la. Em razão disso, [...] a expressão “mulher editora”, [...] deveria ser uma redundância de gênero, mas não é. (Ribeiro, 2018, p.268)

---

<sup>2</sup> Entidade representante do professorado mineiro, fundada em 1931 com fins de promover a formação moral, intelectual e a cultura pedagógica das professoras primárias mineiras, oferecendo-lhes, ainda, assistência à saúde. Atualmente em funcionamento, com o nome de “Associação de Professores Públicos de Minas Gerais”.

Assim, a palavra intelectuais está para homens como a palavra editora está para casas editoriais em entendimentos imediatos do senso comum e, por vezes, da Academia. Desse modo, parece-nos que as histórias das intelectuais e “editoras mulheres repousa, ainda por ser contada, em algum arquivo inexplorado” (Ribeiro, 2018, p.273). Ou seja, ambos os campos – dos intelectuais e das editoras – ainda parecem não pertencer às mulheres, mesmo em reflexões da área da Educação<sup>3</sup>.

O que este artigo busca fazer, dessa forma, é contribuir para a ampliação dos estudos científicos do campo da História da Educação que dão visibilidade aos modos de participação e de intervenção das mulheres no universo sociopolítico, concebendo diferentes interpretações acerca das suas ações nas mais diferentes esferas, bem como a leituras que lhes mostrem como seres de fazeres, mas, também, de saberes (Orlando, 2021), em especial, nos universos editorial, intelectual e educacional.

Para isso, em diálogo com François-Sirinelli (1986; 2015), utilizamos conceitos como “intelectual”, percebido como sujeito que cria, vive e se engaja na *citée*; “itinerários”, que estuda as experiências de vida de um intelectual; “geração”, a qual toma por referência o íterim em que intelectuais compartilharam projetos, e “redes de sociabilidades”, evidenciando que um projeto intelectual nunca é realizado por um(a) único(a) indivíduo(a). Também utilizamos a categoria de “mediação cultural” de Gomes e Hansen (2016), mostrando que intelectuais não se limitam às práticas de produção, mas podem envolver-se em ações e políticas de mediações.

O método empregado é o prosopográfico, por meio do qual uma quantidade significativa de dados é mobilizada no estudo das biografias coletivas de indivíduos que, comumente, se envolveram em projetos políticos, culturais e/ou sociais em um tempo e espaço (Stone, 2011; Haydn, 2022). As fontes, que foram confrontadas, cruzadas e analisadas, incluem material iconográfico, jornalístico, normativo, oral e manuscrito, detalhadas ao final deste artigo. O tratamento, organização e análise dos dados foi realizado por meio do *software* de pesquisa MAXQDA<sup>4</sup>.

Além da introdução, o artigo contém quatro partes: na primeira, aborda o contexto de surgimento das associações profissionais do professorado mineiro, e, em especial, da APPMG e da Revista Educando. Na segunda, colocam-se em cena os itinerários das mulheres protagonistas do estudo; na penúltima, discute os engajamentos e as trajetórias associativistas dessas mulheres e, por fim, detalha suas principais atividades na editoria da Revista.

## Minas Gerais e Belo Horizonte: modernização e associativismo pedagógico

Em 1897, *pari passu* ao contexto moderno-democrático ocidental, a recém-criada Belo Horizonte é instituída como a nova capital de Minas Gerais e, durante a Primeira República (1889-1930), acomoda e acarreta debates políticos e projetos que respaldam o ensino e sua expansão como maneira mor de assimilar as configurações sociais do Brasil aos países tidos, à época, como civilizados e cultos (Nogueira, 2009; Gouvêa *et al.*, 2016). Nesse quesito, destacam-se duas reformas legislativas estaduais: a de João Pinheiro (Lei 439 de 1906) e a de

<sup>3</sup> A análise de 38 artigos, sendo seis inseridos no campo da História da Educação, disponíveis no Portal de Periódicos Capes, evidencia que nenhum versa sobre editoras mulheres e, unicamente, o artigo de Bruschi & Schneider (2019) discute sobre mulheres como intelectuais produtoras de conhecimentos. Em contrapartida, nos artigos de Schueler (2005a, 2005b), Kreutz (2007), Bruschi & Schneider (2019) e Carvalho *et al.* (2020) há referências a editores homens e, nesse último trabalho, também há indicativos de alguns homens como editores e intelectuais, simultaneamente (Alves, 2023).

<sup>4</sup> O MAXQDA é um *software* desenvolvido para análise de dados qualitativos, quantitativos e de métodos mistos, amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais. Compatível com Windows e macOS, permite importar, organizar, codificar e visualizar diversos tipos de dados (como textos, áudios, vídeos, imagens e redes sociais), oferecendo ferramentas que facilitam desde análises qualitativas até estatísticas descritivas.

Francisco Campos (Leis 7.970-A de 1927; 1.036 de 1928, especialmente)<sup>5</sup>, cujas nomenclaturas homenageiam seus principais redatores, os quais, à época, atuaram em Minas, respectivamente, como Presidente e Secretário da Pasta do Interior (Peixoto, 2003). Em contrapartida às Escolas Isoladas<sup>6</sup>, a Reforma João Pinheiro cria os Grupos Escolares no Estado de Minas Gerais, agregando salas de aula – no mínimo oito – em um único espaço e estendendo o ensino às crianças dos centros urbanos. Junto, cria-se a Escola Normal de Belo Horizonte, destinada tanto à formação de professoras, quanto à produção de um modelo de funcionamento para as demais Escolas Normais do Estado (Gouvea; Rosa, 2000).

Em maio de 1927, em Belo Horizonte, realizou-se o I Congresso de Instrução Primária (I CIP), uma iniciativa do governo de Minas para discutir as diretrizes da educação no Estado, com a participação de políticos e educadoras do Ensino Primário que, em sua maioria, expressava apreço aos Grupos Escolares, à Escola Normal Modelo e à aplicação dos Métodos Ativos<sup>7</sup> (Melo, 2010). Cabe ressaltar que, à época, a Educação Ativa era considerada o que havia de mais moderno, principalmente por prever um ensino com base científica capaz de conduzir as crianças à ação, à observação e à associação, estimulando-as a alcançarem conclusões próprias de um saber e apreços pelo mundo do trabalho (Prates, 1989).

Em decorrência da Reforma Francisco Campos (1927), dentre outras medidas, foi criada a “Escola de Aperfeiçoamento” (EAMG) em Belo Horizonte, que, entre 1929 e 1946, oferecia um curso Pós-Normal com duração de dois anos<sup>8</sup> com objetivo de formar multiplicadores de metodologias e difundir o ideário renovador, capacitando professoras de todo o Estado como Assistentes Técnicas, a partir dos Métodos Ativos (Prates, 1989). No corpo docente inicial havia professoras europeias do Instituto Jean-Jacques Rousseau, da Suíça, e mineiras capacitadas no *Teacher College* da Universidade de Columbia, dos Estados Unidos. Dessa forma, a EAMG acarretava poder simbólico<sup>9</sup> às egressas ao vinculá-las à elite da burocracia pedagógica da época, isto é, à camada média de “especialistas capazes de deslanchar, no plano das unidades escolares, o processo de renovação, [assim] o elo que faltava na formação de tecnocracia e na intermediação com as ciências” (Peixoto, 2003, p. 92 – comentário nosso). Para tanto, após concluírem o Curso, retornariam às cidades de origem<sup>10</sup> a fim de, prioritariamente, ocuparem cargos de diretoras, professoras normalistas e orientadoras técnico-pedagógicas. Portanto, as Reformas João Pinheiro e Francisco Campos, apesar de diferenças, centralizam Belo Horizonte como polo educacional de Minas Gerais, buscando modernizar, ampliar e fiscalizar o ensino estadual via ampliação de formações primária, normal e técnica (Peixoto, 1981; 2003; Carvalho, 2013).

<sup>5</sup> Para mais informações, acerca das Reformas Educacionais de Minas Gerais, durante a 1ª República, ver: Carvalho (2012); Carvalho (2013).

<sup>6</sup> Conforme Lourenço Filho (1944 *apud* Gil; Caldeira, 2011), a Escola Isolada “é a de um só professor, a quem se entregam 40, 50 alunos. Funciona quase sempre em prédios improvisados”. É a escola “típica dos núcleos de pequena densidade da população, a escola da roça, a escola rural”. Complementando, Gouvêa *et al.* (2016, p.317), destacam que nessas Instituições havia “um quadro de precariedade, com professoras em sua maioria sem formação”.

<sup>7</sup> Métodos cuja centralidade é dada à atividade do educando no processo de ensino-aprendizagem, uma das principais características do escolanovismo que tomou corpo no início do século passado, orientando os programas de formação inicial e continuada das professoras mineiras (Peixoto, 2003).

<sup>8</sup> Referimo-nos aqui ao Curso Geral da EAMG. A Instituição também ofertou cursos intensivos, de férias e para religiosas (Duarte, 1989).

<sup>9</sup> Para Bourdieu (1997), o poder simbólico é invisível e constrói a realidade ao estabelecer valores e conceitos que parecem naturais para os agentes sociais. Ele é comparado a uma forma quase mágica de poder, capaz de ter o mesmo impacto que a força física ou econômica, desde que seja reconhecido como legítimo.

<sup>10</sup> Conforme o Regulamento da EAMG (1929) no art. 3 e alínea f.: todas as egressas deveriam “obrigar-se a prestar serviços ao ensino público, no mínimo por espaço de cinco anos, ou indenizar o Estado da importância equivalente aos ordenados e diárias recebidos, durante a época que cursou a Escola”.

Esse panorama, ao lado da intensificação sindical vivenciada no Brasil, durante a Primeira República, propiciou, em Belo Horizonte, sociabilidades entre pessoas envolvidas com o ensino e, por conseguinte, o aparecimento de entidades de classe. Nessa direção, em 1906, é criada a “União do Magistério Mineiro” (UMM), tida como a primeira Associação de Professores de quaisquer níveis de ensino em Minas Gerais (Oliveira, 2011). Já em 1909, foi instituído o “Congresso dos Professores Públicos” (CPPMG), sendo também uma Associação, mas voltada apenas aos professores primários. Ambas “tinham um caráter beneficente, de prestação de auxílio”, a fim de “zelar por direitos dos docentes, pelas suas condições de trabalho e salários” (Oliveira, 2011, p.118). Nos cargos de direção das Associações era significativa a presença de homens, contudo, em especial no CPPMG, constatou-se expressiva participação de mulheres. Ao que parece, o período de atividades da UMM não passou de um ano e a CPPMG cessou suas atividades em 1911 (Oliveira, 2011).

Já em 1927, durante o I CIP, foi planejada a criação da Associação de Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), assim descrita por uma sócia-fundadora:

Nesse congresso muitas pessoas tomaram parte e inclusive essas senhoras, essas professoras, que se colocaram à frente do movimento. Então, foram para os grupos [escolares] e começaram a conversar e as professoras acharam muito boa a ideia, tomou corpo. Assim mesmo demorou um pouco para amadurecer, porque foi em 1927 o Congresso e tinha havido a Revolução de Trinta. O governo tratando de melhorar o ensino, **mas ninguém cuidava de pensar no professor.** (Duarte, 1988, p.206 – grifo da autora)

Assim, a APPMG deriva do protagonismo de professoras da Educação Primária de Minas que perceberam os fins da década de 1920 como favorável ao planejamento de uma nova Entidade classista. Fundada em 1931, tinha como objetivos: “defender os interesses da classe, incentivar o espírito de solidariedade e união entre sócios” (Peixoto, 2003, p.71), para tanto, buscou “cooperar no aperfeiçoamento do professor e assegurar-lhe melhores condições de vida, com direito a assistência médico-dentária e aposentadoria aos 25 anos de serviço” (Peixoto, 2003, p.88).

Ao menos até 1945, a administração da APPMG foi exercida somente por mulheres, formada por uma Diretoria (presidenta e vice, 1ª e 2ª secretárias e tesoureira) e um Conselho (entre dez e dezessete gestoras) eleitos, bianualmente, pelas sócias reunidas em Assembleias Gerais. Dentre os resultados dos pleitos, até 1933, a presença de não-egressas da EAMG era majoritária, contudo, tal quadro altera-se, progressivamente, entre 1934 e 1945.

Dadas as condições, à época, a APPMG apoiou as políticas de João Pinheiro e de Francisco Campos, especialmente, a partir de sua porta-voz, a Revista Educando, impresso que se dedicou à propagação dos Métodos Ativos, publicando, sobretudo, orientações técnico-pedagógicas às profissionais dos Grupos Escolares e das Escolas Normais.

À frente da Revista, destacaram-se as professoras e assistentes técnicas: Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Letícia Chaves Campos, Leonilda Scarpelli Montandon, Marieta Leite<sup>11</sup>, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão e Zembla Soares Pinheiro Chagas.

---

<sup>11</sup> Registrada civilmente como “Maria da Anunciação Marieta Leite”, a intelectual durante sua vida solicitou ser chamada apenas como “Marieta Leite”, conforme sugere sua família. Algo que aqui respeitaremos.

## As sete mulheres editoras da Revista Educando

De 1930 a 1945, o Ensino de Minas Gerais passou por reformas<sup>12</sup> que, apesar de introduzirem novas perspectivas ao campo, seguiram as proposições de João Pinheiro – na manutenção de grupos escolares e escolas normais, principalmente – e de Francisco Campos – em relação aos Métodos Ativos e à capacitação de um corpo técnico responsável pela fiscalização e organização do ensino (Peixoto, 2003; Prates, 1989).

Esse cenário proporciona grande efervescência intelectual-pedagógica em Belo Horizonte, sobretudo protagonizada por mulheres em sociabilidades por meio de ambientes como a EAMG, a APPMG, a Escola Normal Modelo e em serviços de Assistência Técnico-pedagógica. Nesse debate, se destacam as sete editoras que estiveram à frente da Revista Educando, das quais as seis são apresentadas na Figura 1.

**Figura 1** – Editoras da Revista Educando (1920-1950)



**Fontes:** acervo privado da Família Leite; Museu Calmon Barreto (Araxá-MG); Escola Letícia Chaves (Monte Carmelo-MG); Escola de Música da UFMG (Belo Horizonte - MG); Instituto de Educação de Minas Gerais (Belo Horizonte - MG); Escola Estadual Ondina Amaral Brandão (Belo Horizonte -MG); Arquivo privado da Família Kanitz-Vianna. [Nessa sequência]

Na Figura 1, da esquerda para a direita, estão: Marieta Leite, Leonilda Scarpelli Montandon, Letícia Chaves Campos, Zembla Soares Pinheiro Chagas, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão e Dulcie Kanitz Vicente Vianna. Produzidas entre as décadas de 1920 e 1950, as imagens evidenciam a moda sóbria<sup>13</sup> aderida, à época, por mulheres das elites financeiras e políticas do Brasil: cabelos curtos, ou assim representados, e vestes sem muitos detalhes. Mais do que isso, pode-se inferir que as fotografias sugeririam uma definição, desse grupo feminino, acerca do que seriam vestimentas civilmente formais às professoras primárias mineiras, se levarmos em consideração que nos “movimentos do corpo e do rosto, na postura e na veste encontram-se os elementos de uma caracterização psicológica e de uma taxonomia social” (Revel, 2009, p.169).

Mas, quem foi cada uma dessas expressivas mulheres? Em síntese, o Quadro 1, que segue, nos apresenta importantes características biográficas desse grupo.

<sup>12</sup> Ver: Peixoto (1987).

<sup>13</sup> A esse respeito, ver: 1930: A década da moda sóbria e elegante. **Revista VLK**. Destaque e Moda. 5 de junho de 2021. Disponível em: <https://revistavlk.com.br/1930-a-decada-da-moda-sobria-elegante/>. Acesso em 12/02/2024.

**Quadro 1** – Dados prosopográficos das mentoras e editoras da Revista Educando (1895-1945)

Sujeita	Cidade Ano de nascimento	Responsáveis pela criação e, caso localizado, suas profissões principais	Cursos pós-primário	Ida p/ BH
Dulcie Kanitz Vicente Vianna	Rio de Janeiro (RJ) 1900	• Pai: Maurício Kanitz (Médico) • Mãe: Alice de Gusmão Kanitz	• Normal (década de 1910) • Aperfeiçoamento (1936-1937)	[1936?]
Leonilda Scarpelli Montandon	Araxá (MG) 1904	• Pai: Alexandre Scarpelli (comerciante) • Mãe: Maria Augusta Montandon • Avô materno: Eduardo Montandon (Médico e Professor)	• Normal (1918-1921) • Aperfeiçoamento (1929-1930)	[1934?]
Leticia Chaves Campos	Araxá (MG) [1904?]	• Pai: Maximiano Lopes Chaves (Jurista) • Mãe: Irineia Ferreira Chaves	• Aperfeiçoamento (1929-1930)	[1934?]
Maria Luíza de Almeida Cunha	Barra Mansa (RJ) 1895	• Pai: Domingos Lourenço Lacombe • Mãe: Isabel Jacobina Lacombe (Professora)	• Humanidades ([19--?]-[191-?])	Década de 1910
Marieta Leite	Guaranésia (MG) 1910	• Pai: João Monteiro de Meirelles Leite Junior (Advogado, Militar e Editor) • Mãe: Herminia de Almeida Leite (De Casa) • Tio-pai: Aureliano Leite (Político)	• Normal (década 1910) • Aperfeiçoamento (1931-1932)	1931
Ondina Amaral Brandão	Juiz de Fora (MG) 1889	• Pai: Alfredo Amaral (Professor e Militar) • Mãe: Maria Kascher Amaral	• Normal (1902-1905)	[1925?]
Zembla S. Pinheiro Chagas	Teófilo Otoni (MG) 1906	• Pai: Francisco Soares de Sá (Banqueiro) • Mãe: Odília Soares de Sá	• Geral do Comércio (1926-1929)	1929

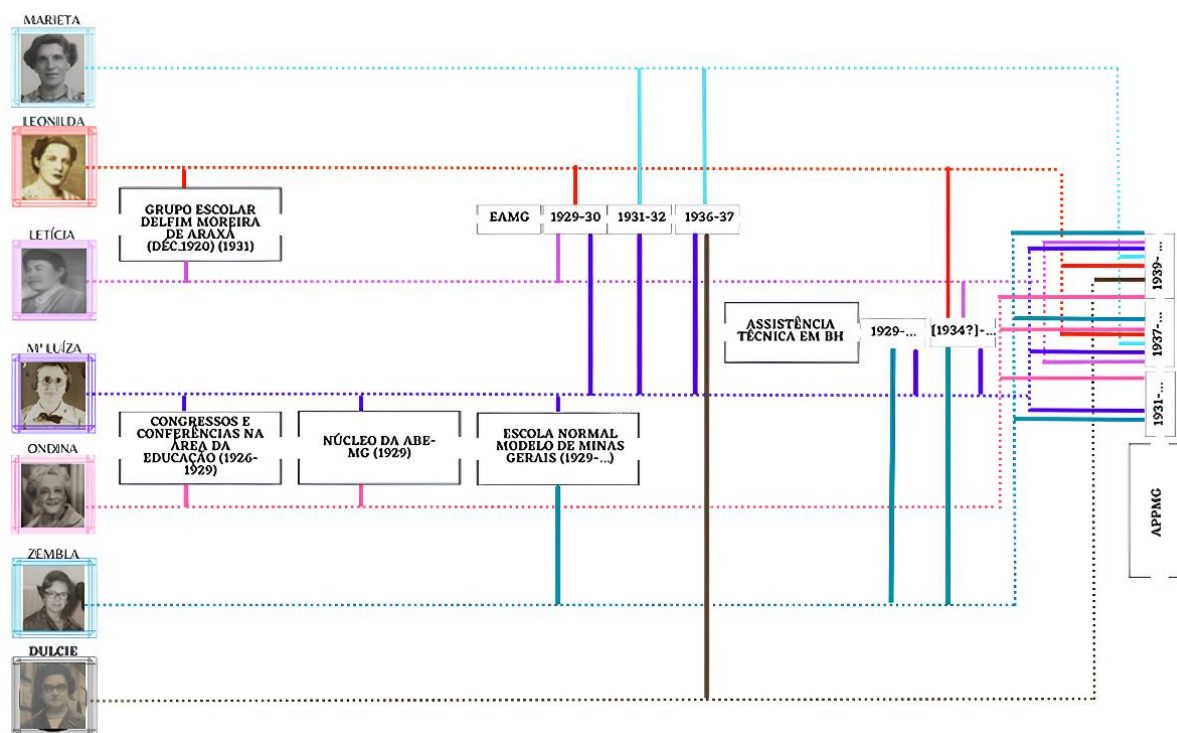
**Fonte:** Alves (2023)

Como se vê, duas são naturais dos estados brasileiros do Rio de Janeiro e cinco de Minas Gerais, nascidas entre os anos de 1889 e 1910 e criadas por pais, mães e/ou avós com atuação profissional nos campos do Direito, Medicina, Educacional, Bancário, Editorial, Artísticos e/ou Militar<sup>14</sup>, fator que, possivelmente, influenciaria as suas primeiras formações intelectuais por meio do incentivo ao acesso a livros, jornais, peças de teatro e a outros bens político-culturais valorados nos ambientes domésticos em que foram criadas. Condição que, certamente, favoreceu o acesso dessas mulheres à formação pós-primária: Dulcie, Leonilda, Leticia, Marieta e Ondina ao Curso Normal – o qual, à época, capacitava para atuação no magistério primário e, a partir da Reforma João Pinheiro, tornou-se predominante entre filhas das famílias abastadas de Minas Gerais (Prates, 1989) – Maria Luíza ao Curso de Humanidades – de formação científico-humanista voltado para trabalhos tanto para com Ensino, quanto para com o âmbito social-filantropico – e Zembla ao Curso Geral do Comércio – de currículo múltiplo que capacitava para cargos nas mais variadas áreas nos âmbitos político, social e/ou comercial. Nota-se, dessa forma, que esse grupo de mulheres contou com condições familiares, econômicas e sociais favoráveis ao processo de socialização e incorporação de valores e referências, partilhando de um *habitus* comum, estilos de vida e de relações sociais que, certamente, teriam influenciado nos seus itinerários acadêmico-profissionais. Isso, por considerarmos que o *habitus* fundamenta a condição em que os sujeitos existem e fornece as referências ao futuro. Elas contaram com formações similares de “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” que “são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão” (Bourdieu, 1997, p. 21-22). Essas formações e gostos comuns contribuiriam para que, quando adultas, se engajassem em redes de sociabilidades comuns<sup>15</sup>, como esquematizadas no Gráfico 1:

<sup>14</sup> Detalhes sobre quem foram os pais, as mães e os avós das editoras encontram-se em Alves (2023).

<sup>15</sup> Estamos entendendo que as “redes de sociabilidades” são regidas por sentimentos e racionalidades de certas(os) sujeitos que, em um tempo-espaco histórico, uniram-se em convivência contínua “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundaram uma vontade e um gosto de conviver” (Sirinelli, 2015, p.248).



**Gráfico 1** – Sociabilidades entre as editoras da Revista Educando (1920-1945)

Fonte: Alves (2023)

Por meio de seus itinerários<sup>16</sup>, aqui representados no Gráfico 1, observam-se alguns dos mais importantes espaços de sociabilidades que promoveram a união e os engajamentos coletivos entre as professoras Marieta Leite, Leonilda Montandon, Letícia Chaves, Maria Luíza, Ondina Brandão, Zembla Chagas e Dulcie Kanitz, nas décadas de 1920 e 1940, em Minas Gerais. Os dados prosopográficos coletados nos permitem, nesse sentido, estabelecer as “características comuns de um grupo de atores na história” por meio de “correlações internas e com outras formas de comportamento ou ação” (Stone, 2011, p.115). Assim, inicialmente, vê-se que Maria Luíza e Ondina Brandão dispuseram de sociabilidades entre si antes de 1930.

Na década de 1910, Maria Luíza acompanhou o seu irmão, acometido de tuberculose, a Belo Horizonte, cidade que, à época, era conhecida pelas altitudes elevadas e grande arborização acessórias na cura de doenças pulmonares (Valente, 2016). Na Capital, Maria Luíza contraiu matrimônio com o conceituado médico Roberto de Almeida Cunha, gerando, dessa união, treze filhos. Além da maternidade, atuou como professora na Escola Normal Modelo, como Assistente Técnica do Ensino (por contrato), como Auxiliar do Laboratório de Psicologia da EAMG. Sob a influência da criação dada por sua mãe adotiva, Isabel Lacombe – pessoa em evidência no ensino e no catolicismo nacional (Caruso, 2006; Haydn, 2022) – e das formações Primária e de Humanidades recebida no Colégio Jacobina – com práticas pedagógicas ativas e católico-jesuíticas (Caruso, 2006) –, Maria Luíza tornou-se referência no “escolanovismo-cristão”<sup>17</sup> de Belo Horizonte (Valente, 2016).

<sup>16</sup> Conforme Sirinelli (1986; 2015), a busca histórica pelos itinerários objetiva desenhar mapas, o quanto possível, precisos dos eixos de engajamentos e das trajetórias de determinados intelectuais, proporcionando leituras inteligíveis dos percursos particulares e em grupo no ínterim de um tempo histórico.

<sup>17</sup> Conforme Rosa (2017, p.5), o “escolanovismo católico, é uma espécie de terceira via entre o velho, representado pela dita escola tradicional e o novo representado pela modernidade trazida pela Escola Nova”. Peixoto (2003) evidencia que tais práticas foram comuns no ensino mineiro entre as décadas de 1910 e 1940.

Em 1905, Ondina Amaral Brandão formou-se normalista pelo Colégio Nossa Sra. do Carmo, de Juiz de Fora (MG). Pouco após, casou-se com o engenheiro Mário Gomes Brandão e mudaram-se para o Rio de Janeiro, Espanha, Bélgica, França e, diante a 1ª Guerra (1914-1918), retornaram para o Rio de Janeiro. Na Europa, inteirou-se do feminismo<sup>18</sup>, vide que, em 1916, foi às urnas e assim, mesmo sem sucesso, desafiou a não permissão social e cultural de mulheres votarem no Brasil. No mesmo ano, contrapôs paradigmas políticos ao tornar-se a primeira mulher dirigente da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro<sup>19</sup>.

Em 1919, atuou como professora primária no Externato Regina Pacis, do Rio de Janeiro, onde aplicou os métodos pedagógicos da “cultura científica, do sentimento religioso e artístico, dos preceitos da moderna educação física” (Os Novos..., 1919, p.3), momento em que, com o falecimento do esposo, se viu obrigada a retornar a Juiz de Fora, juntamente com o filho e a filha, em busca do aconchego dos familiares que lá residiam.

A *expertise* da professora Ondina Brandão, acerca do Ensino Ativo, da Indústria e do feminismo não passaram despercebidos pelo governo de Minas Gerais. Em 1925, foi convocada para dirigir a recém-criada Escola Maternal, de Belo Horizonte. Instituição que permitiria às mães operárias “deixarem os seus filhos de três a seis anos enquanto trabalhassem” (Prates, 1989, p.105), mas que não chegou a funcionar. Em realidade, seu prédio abrigou os primeiros anos da EAMG. Por essas condições, Ondina foi designada, entre 1926 e 1945, como diretora da Escola Infantil Delfim Moreira, de Belo Horizonte.

Entre 1926 e 1927, Ondina Brandão e Maria Luíza integraram a comissão de organização do I Congresso de Instrução Primária de Minas Gerais, no qual defenderam a expansão do Ensino Ativo a jovens pobres, a fim de, em coerência ao cenário de modernização, garantir-lhes formação para o trabalho e dignidade civil-social. Em 1929, ao lado de nomes em destaque na Educação mineira<sup>20</sup>, ambas fizeram parte do recém-criado Núcleo Mineiro da Associação Brasileira de Educação (ABE), em Belo Horizonte, evidenciando o compartilhamento de espaços e redes de sociabilidades comuns.

A professora Zembla Soares integrou tais redes de sociabilidades, em 1929, quando se mudou para Belo Horizonte e se destacou como a única mulher aprovada no concurso para admissão efetiva de Assistentes Técnicos no ensino de Minas. Esse cenário propiciou a convivência com Maria Luíza, tanto na própria Assistência, quanto na Escola Normal Modelo, onde Zembla foi contratada como professora de Educação Física. Poucos anos após, a professora Zembla Chagas se casou com o médico e Deputado Federal, Paulo Pinheiro Chagas, com quem teve uma filha e um filho.

Até 1945, Zembla Chagas demarcou presença nos debates sobre a aplicação dos Métodos Ativos na Educação Física mineira, chegando mesmo a tomar frente da Inspetoria<sup>21</sup> dessa disciplina ao lado de Renato Eloy Andrada, Zulmira Paiva e Guiomar Meirelles Becker (Silva, 2009). Anos antes de 1929, Zembla já demonstrava paixão pela Educação Física, visto que, entre 1926 e 1929, seus pais a enviaram para o Rio de Janeiro a fim de que ela se ingressasse no Curso Geral do Comércio do Instituto La-Fayette<sup>22</sup> e lá integrou o time oficial de voleibol e destacou-se em apresentações de dança.

<sup>18</sup> Acerca do contexto feminista mundial e brasileiro, anterior à década de 1930, indicamos Karawejczyk (2013).

<sup>19</sup> Criada em 1881, a AEC foi a primeira Associação interclassista comercial do RJ, ou seja, representava de caixeiros a empresários. Para mais informações ver: Popinigis (1999).

<sup>20</sup> Como exemplo, há os professores Lúcio José dos Santos, Noraldino Lima, Gabriel Passos, Abgar Renault, Magalhães Viotti, Marques Lisboa, Eurico Villela, Annibal Mattos, Aurelino Pires [...] e as professoras Zélia C. Rabello, Vitália Campos, Elvira Brandão [...] (O Departamento..., 1929).

<sup>21</sup> Acerca da História da Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais: Silva (2009); Moraes (2015).

<sup>22</sup> O Instituto foi criado em 1916, funcionando como internato, semi-externato e externato, do Jardim de Infância ao Secundário. Em 1939 foi criada a Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, em 1941, foi autorizado o funcionamento de uma Unidade de Ensino, dentre os quais se encontravam os cursos de Pedagogia e Didática. Em 1950, foi convertida a Unidade integrante da Universidade do Distrito Federal (UDF), que deu origem à Universidade do Rio de Janeiro (UDF) em 1959; depois, em 1961 à Universidade do Estado da Guanabara (UEG); em 1971 à atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nota-se, ainda no Gráfico 1, que, possivelmente, Leonilda Montandon e Letícia Chaves foram as únicas professoras que mantiveram convivência prévia antes de se transferirem para Belo Horizonte. Cenário impulsionado tanto pelo fato de ambas terem nascido e crescido em Araxá, quanto pelas sociabilidades religiosas entre suas famílias e pelos projetos educacionais. Além disso, ambas se formaram normalistas<sup>23</sup>, seguiram carreiras na Educação e, na década de 1920, atuaram como professoras no Grupo Escolar Delfim Moreira, de Araxá. Assim como a professora Ondina Brandão, também chamaram a atenção do Governo Estadual, recebendo, nesse caso, um convite para ingressar na primeira turma da EAMG, o que as levou a residir, temporariamente, na Capital mineira, entre 1929 e 1930.

Tal formação viabilizou que, entre 1930 e 1931, em Araxá, Letícia Chaves assumisse o cargo de Auxiliar de Diretora no Grupo Delfim Moreira e de professora no Curso Normal do Colégio São Domingos e, em 1932, o cargo de professora na Escola Normal, de Pitangui (MG). No caso de Leonilda Montandon, entre 1930 e 1931, atuou como professora na Escola Normal de Uberlândia (MG) e, entre 1931 e 1934, como Inspetora Regional de Ensino, na região do Triângulo e Alto Paranaíba mineiro. Por volta de 1934, ambas instalaram moradia em Belo Horizonte e passaram a atuar, em especial, como Assistentes Técnicas do Ensino, estabelecendo relações de sociabilidade com Maria Luíza e Zembla Chagas, e, em seguida, como diretoras de Grupos Escolares, o que as colocava no círculo de relações com Ondina Brandão.

Além de Letícia Chaves e Leonilda Montandon, Marieta Leite e Dulcie Kanitz integram a lista de alunas-mestras do Curso Geral da EAMG. Natural de Guaranésia (MG), ainda jovem Marieta Leite mudou-se para Muzambinho (MG) para ingressar na Escola Normal, anexa ao Lyceu da cidade. Pouco tempo após, assumiu cargo de professora de Língua Pátria na mesma Escola Normal passando a repercutir os debates sobre a “psychologia infantil no ensino primário” e os “resultados da escola activa, em a qual a criança se sente à vontade num ambiente de confiança e carinho” (Vida..., 1929, p.4).

Entre 1931 e 1932, Marieta Leite ingressou na EAMG, onde passou a ser admirada pelas docentes, especialmente por Helena Antipoff que a selecionou como aluna-ajudante na aplicação de testes psicológicos. Na ocasião, Marieta conviveu com Maria Luíza, então assistente no Laboratório de Psicologia da EAMG, coordenado por Helena Antipoff. Além disso, nas aulas de Língua Pátria, ministradas por Lúcia Casasanta, Marieta teve a primeira versão do clássico livro infantil “Pituchinha” escrito e selecionado para publicação<sup>24</sup>. Ao concluir o Curso de Aperfeiçoamento, Marieta não retornou para Muzambinho, pois foi contratada pela EAMG, inicialmente como auxiliar da Diretora, depois, como professora de Socialização.

É possível que Marieta Leite tenha lecionado para Dulcie Kanitz, uma vez que essa foi aluna-mestra entre 1936 e 1937. Vale destacar que Dulcie havia se formado, como normalista, na Escola Normal Oficial do Rio de Janeiro, por volta da década de 1910.

Na década de 1920, casou-se com o jurista Mário Bulcão Vicente Vianna, com quem, em 1930, mudou-se para Cataguases (MG) e teve um filho. Nessa cidade, Dulcie assumiu como a primeira diretora do Grupo Escolar Guido Marlière, onde ficou até o período próximo ao seu ingresso na EAMG. Após o Curso na EAMG, Dulcie tornou-se diretora nas Escolas Reunidas Augusto de Lima, em Belo Horizonte e, em 1941, foi aprovada no concurso para Assistentes Técnicos Federais, algo que acarretou sua volta para o Rio, sendo, assim, a única do grupo a não residir em Belo Horizonte até 1945.

---

<sup>23</sup> Em 1921, Leonilda formou-se normalista no Colégio N. Sra. das Dores (Uberaba-MG); já Letícia, não localizamos, em nossas fontes, a Instituição frequentada, no entanto, sabemos que foi normalista, pois, essa era uma das exigências estatutárias para ingresso na EAMG.

<sup>24</sup> Essa obra, ao lado de “O livro de Lili”, de Anita Fonseca, “Bonequinho Doce”, de Alaíde Lisboa de Oliveira, tornaram-se sucesso editorial na propagação do método global de contos destinado à alfabetização das crianças (Frade; Maciel, 2006).

Os dados prosopográficos evidenciam que, assim como a perspectiva de *habitus*, os paradigmas educacionais coadjuvaram na convivência em redes entre as sete professoras, em Belo Horizonte, nas décadas de 1930 e 1940. Basta notar que os principais ambientes de sociabilidades entre elas demarcam a promoção do Ensino Ativo e foram fundados em Minas Gerais pelas Reformas João Pinheiro (1906) ou Francisco Campos (1927): os grupos escolares, a Escola Normal e a Assistência Técnica. Já no âmbito de Entidades criadas pela sociedade civil, o Gráfico 1 evidencia que foi na APPMG onde todas essas sete professoras se encontraram para uma atuação conjunta.

### Engajamentos associativistas e formativos em diálogo com os Métodos Ativos

O evento de fundação da APPMG ocorreu na cidade de Belo Horizonte, em 27/08/1931, no antigo salão da Câmara dos Deputados de Minas Gerais. Na ocasião, Maria Luíza de Almeida Cunha, como oradora solene, fez uma retrospectiva histórica acerca do trabalho das professoras primárias mineiras e “das condições de abandono moral e pecuniário em que as mesmas se acham até há pouco”, junto a isso “enaltece a grandiosa obra dos ilustres mineiros Drs. Antônio Carlos e Francisco Campos, no tocante à Reforma do Ensino Primário de Minas” (Atas, 1931, p. 4). Na sequência, Helena Penna<sup>25</sup> – atuante em movimentos socio-pedagógicos belorizontinos, ao menos, desde 1909 – expressou felicidade com a fundação de um ambiente classista extensivo às professoras primárias de toda Minas Gerais, pois era uma ação “de longa data reclamada” (Atas, 1931, p. 4). Ambas as falas representavam otimismo diante do cenário político-pedagógico do período, perpassando as configurações da APPMG entre 1931 e 1945. Interim em que a direção da Entidade foi composta, exclusivamente, por mulheres que atuavam na defesa e promoção das ideias reformistas da Educação.

Nesse contexto, no imaginário pedagógico nacional, os ideais de professor(a) “antigo(a)” e “novo(a)” eram sinonimizados, respectivamente, como professor(a) “indisposto(a)” e “disposto(a)” à aplicação dos Métodos Ativos. Assim, eram expressões que aludiam às (micro)disputas no campo Pedagógico, mas que não propriamente se pautavam na taxonomia de idades cronológicas. Conforme Prates (1989), tais disputas, em certa medida, ocorriam pelo significativo número de professoras primárias mineiras sem acesso ao Curso Normal – não obrigatório para o exercício do magistério – e à EAMG, haja vista o limitado número de vagas da Instituição, portanto, profissionais não formalmente qualificadas nos Métodos Ativos, quiçá, sem capacitação extensiva que as sensibilizasse para o pedagogicamente “novo”.

Diante disso, os Estatutos da Associação, redigidos durante o evento de fundação da APPMG, definem que o corpo gestor promoveria “reuniões mesmas para leitura e comentário de obras pedagógicas e intercâmbio de ideias e experiências relativas ao ensino primário”, atividades que reverberam em cursos organizados pela Entidade e ministrados por nomes em destaque<sup>26</sup> na propagação da Educação Ativa em Minas Gerais. Logo, não seria impreciso afirmar que, à época, a APPMG representava todas as professoras primárias mineiras como classe. Em princípio, sua gestão esteve mais orientada para o desenvolvimento de atividades de caráter prático, e suas dirigentes concentravam esforços na consolidação e na difusão desse modelo de Educação,

<sup>25</sup> Durante a Primeira República, em Minas, é possível que tenha ocorrido uma geração respaldada por mulheres intelectuais que se engajaram em diversos projetos voltados para a Educação Primária. Dentre essas, temos a figura de Helena Penna, diretora do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, primeiro grupo escolar da capital, e cujo papel e contribuição à sociedade ainda precisam ser estudados mais a fundo no campo da História da Educação.

<sup>26</sup> Vejamos alguns exemplos: em 1935, no Grupo Escolar Afonso Pena, de Belo Horizonte, a APPMG ofertou um curso de atualização pedagógica ministrado por Waldemar Pais, Oswaldo de Araújo, Arduíno Bolívar, Floriano de Paula, João B. de Assis Martins, Maria Luíza de Almeida Cunha (Curso..., 1935); em 1938, na Escola Normal Modelo, ocorreu um curso de Ortografia ministrado por Aires da Mata Machado (Associação..., 1938).

acreditando combater, assim, a “lamentável e dificultosa formação autodidática a que a maioria de nossos professores se viu e ainda se vê condenada” (Abgar Renault, 1941 *apud* Silva, 2016, p.291). Tal orientação torna-se evidente nas trajetórias associativistas de Dulcie Kanitz, Leonilda Montandon, Leticia Chaves, Marieta Leite, Maria Luíza, Ondina Brandão e Zembla Chagas, cujas atuações, expressas no Quadro 2, dão mostras do lugar por elas ocupado, nesse debate.

**Quadro 2** – Cargos das professoras na gestão da APPMG (1931-1945)

Nº	Gestão APPMG	Dulcie Kanitz	Leonilda Montandon	Leticia Chaves	Marieta Leite	Mª Luíza Cunha	Ondina Brandão	Zembla Chagas
1.	1931-1933	-	-	-	-	Vice-Presidenta	Conselheira	-
2.	1933-1934	-	-	-	-	Vice-Presidenta	-	Conselheira
3.	1934-1937	-	-	-	-	Conselheira	Vice-Presidenta	-
4.	1937-1939	-	Presidenta	-	-	-	Conselheira	Conselheira
5.	1939-1941	Conselheira	Presidenta	Conselheira	1ª Secretária	Conselheira	Vice-Presidenta	Conselheira
6.	1941-1943	Conselheira	-	Conselheira	Vice-Presidenta	-	Presidenta	-
7.	1943-1945	-	Vice-presidenta	-	-	Conselheira	-	-

**Fonte:** Atas de reuniões da Associação de Professores Primários de Minas Gerais (1931-1945)

Entre os anos de 1931 e 1945, como se pode observar no Quadro 2, foram realizados sete pleitos de gestão da APPMG, dos quais tomaram parte, ao menos, duas das protagonistas deste estudo. Em coerência aos engajamentos na *citê*, desenvolvidos a partir da década de 1920, Maria Luíza, Ondina Brandão e Zembla Chagas exerceram os seus cargos entre 1931 e 1934. Já entre 1937 e 1945, *pari passu* ao aumento de ex-alunas-mestras na APPMG, Dulcie Kanitz, Leonilda Montandon, Leticia Campos e Marieta Leite ingressaram no corpo gestor da Entidade.

Atuando na sistematização organizacional da APPMG, Maria Luíza, Ondina Brandão e Leonilda Montandon estiveram à frente de negociações políticas com autoridades mineiras, visando à melhoria das condições salariais para a classe das professoras primárias e, além disso, pode-se constatar que todas as sete organizaram e ofereceram cursos pedagógicos ao professorado. Contando com os conhecimentos técnicos adquiridos em sua formação, Zembla Chagas, engajou-se na redação dos documentos normativos da APPMG, tais como os Estatutos de 1931, de 1938 e de 1940, sendo esses últimos elaborados sob a presidência de Leonilda Montandon que trabalhou, incessantemente, para promover a APPMG como ambiente de sociabilidades entre as professoras primárias.

Entre suas ações, destaca-se a retomada da filiação de professoras não residentes em Belo Horizonte, as quais desde março de 1935 haviam sido afastadas da Entidade por questões logísticas referentes à cobrança de mensalidades. Junto a isso, passa-se a promover viagens entre sócias de todo o estado de Minas Gerais para cidades<sup>27</sup> que permitissem “contato com os centros mais culturais do país, onde pudessem adquirir novas experiências” e incentivasse “o espírito de solidariedade” (APPMG, 1938, n.p.). Cabe ainda observar que, em 1937, a gestão de Leonilda Montandon alcança a primeira sede da APPMG, assim estabelecendo espaço próprio para o arquivo e reuniões da Entidade que, até aquele momento, ocupavam salas na Escola Delfim Moreira e no Grupo Escolar Afonso Pena, cedidas por suas respectivas diretoras, Ondina Brandão e Helena Penna.

<sup>27</sup> Detalhes sobre viagens de formação promovidas na APPMG, a partir de 1937, estão em: Alves; Nogueira (2024).

Dessa maneira, as presidências da professora Leonilda Scarpelli Montandon teriam promovido o que, na História dos Intelectuais, entende-se por “reformulação”, isto é, a “constituição de uma nova rotina de serviço e organização interna de uma Instituição”, além da “construção da Instituição como lugar de referência para os intelectuais do período” (Caldeira, 2016, p.181), aspecto evidenciado nos processos de mentoria, manutenção e circulação do impresso pedagógico “Revista Educando”, como se verá.

### **Revista Educando: “viva consciência da necessidade e do dever nos levou à aventura”**

Em março de 1937, na primeira reunião geral da APPMG, a presidenta Leonilda Montandon, solicitou às professoras, ali presentes, sugestões de “medidas que venham melhorar a Associação” (APPMG Atas, 1937, p. 19). No momento, a conselheira Maria de Lourdes Pereira recomendou que houvesse “uma propaganda maior de tudo que tem realizado, dos benefícios que tem conseguido para as associadas”, e Rosária Laranjeira, diretora de Grupo Escolar, recomendou que fosse feito “um memorando a cada associada expondo esses benefícios com uma relação dos médicos, dentistas, casas comerciais etc.”. Dadas as proposições, Leonilda expressou que “já era este, aliás, o pensamento da diretoria”. De imediato, essas observações influenciaram a produção e a circulação de novos documentos da APPMG, como os já referidos Estatutos.

De outra forma, acreditamos na possibilidade de que tais observações tenham suscitado, em Leonilda e nas demais dirigentes da Entidade, os prelúdios do que, posteriormente, se tornaria uma revista pedagógica, isso porque, em setembro de 1937, na Assembleia Geral, Leonilda Montandon anunciou que esperava fundar um boletim mensal “que informará sobre o movimento e a atividade da Associação e trará, ainda, os sócios a par dos mais práticos e eficientes processos de ensino” (Associação... 1937, p. 11). Assim, surge uma proposta de material informativo, mas, também de caráter formativo, portanto, coerente às reformulações em debate. Várias outras proposições chegaram à Associação após essa fala pública, tanto que, em junho do ano seguinte, Hélios Vaz de Melo se ofereceu para assessorar a APPMG, reforçando a ideia de criação do almejado boletim, mas o Conselho não aceitou as ofertas, pois o pecuniário solicitado por Hélios para execução era “muito elevado” (APPMG Atas, 1938, p.36), logo acarretaria mensalidades mais caras às sócias que, como professoras, contavam com “vencimentos bem diminuídos” (APPMG Atas, 1938, p.34).

Em setembro de 1938, Waldemar Tavares Pais e Vicente Guimarães propuseram à APPMG uma revista pedagógica para a qual a Entidade deveria contribuir com 300\$000 mensais e promover assinaturas de sócias. Em face disso, o Conselho redarguiu:

- a) que seja a revista editada sem ônus para a Associação; b) que todas as publicações sejam submetidas a uma comissão de membros do Conselho;
- c) que tenha a Associação direito à publicação do Boletim mensal independente da revista; f) que a Associação fará propaganda e colaborará na revista. (APPMG Atas, 1938, p. 36)

Portanto, o Conselho demonstrou interesse pelo impresso, mas discordou das condições de financiamento impostas à Associação, defendendo o protagonismo das conselheiras na escrita e na editoria do material, que as divulgações sobre a APPMG fossem garantidas e, até mesmo, que um boletim da Entidade, independente do impresso, pudesse circular. Dadas as condições, Waldemar e Vicente não prosseguiram, contudo, em 1938, a APPMG já possuía uma página na “Revista Cultura”<sup>28</sup>, cuja contrapartida equivaleria a uma assinatura anual do impresso: 40\$000<sup>29</sup>. Assim, podemos dizer que o projeto de 1937 começava a se materializar.

<sup>28</sup> Não localizamos, em nossas fontes, dados que remetessem a qual entidade pertenceu ou em quais regiões essa Revista teria circulado.

<sup>29</sup> “Revista Cultura – Sra. Presidente comunica à Casa que esta Revista dedica uma página à Associação e apresenta o pedido de uma assinatura – pela quantia de 40\$000 (quarenta mil reis) anuais. Foi aprovado o pedido.” (APPMG Atas, 1938, p.36)

Entre 1939 e 1941, período em que as sete professoras atuaram juntas na APPMG, como visto no Quadro 2, as condições se tornaram favoráveis ao desenvolvimento do projeto de criação de um impresso próprio para ser o porta-voz da Associação. A esse respeito, a 1ª secretária da Associação, Marieta Leite, propôs, logo na primeira reunião de 1939, um projeto editorial, aprovado por todas as participantes. Na mesma data, estabeleceu-se a “Comissão de Plano” integrada por Letícia Chaves, Marieta Leite, Ondina Brandão e Dulcie Kanitz que, posteriormente, apresentariam um planejamento de “nome, formato, divisão de seções, para que a Revista circulasse em julho próximo (APPMG Atas, 1939, p.43).

Em junho de 1939, o Conselho elegeu, por unanimidade, Marieta Leite como diretora, responsável pela execução da proposta, tendo ao seu lado as colegas Ondina, Dulcie, Maria Luíza e Letícia. Prontamente, definiram-se as seções temáticas a cargo de profissionais “renovadas”, tais como Leonilda Montandon e Maria Luíza de Almeida Cunha. Cabe-nos destacar que, apesar de estar presente em tais debates, Zembla só assumirá função editorial a partir do segundo número do impresso.

Após vários adiamentos e contrariando a previsão de lançamento para julho de 1937, somente em fevereiro de 1940, o primeiro número da Revista Educando, passou a circular. Durante esse tempo de preparação e execução do projeto, o principal periódico pedagógico oficial e “renovado” do estado de Minas Gerais, a Revista do Ensino, foi diminuindo suas publicações anuais e, quatro meses após a fundação da Revista Educando, em junho de 1940, interrompeu sua circulação, justificada, conforme estudos de Biccás (2008), pela crise do papel acarretada pela 2ª Guerra Mundial.

A esse respeito, tem-se como hipótese que essa situação tenha incitado ainda mais as professoras-editoras a mentorearem, portanto, a assumirem a criação de um impresso formativo para o professorado mineiro (Beschizza, 2022; Alves, 2023) agindo, por “raziones” similares às de tantos outros projetos editoriais surgidos na América-Latina frente às guerras, às reformas e às crises que perpassavam o mundo nas décadas de 1930 e 1940, isso é, foi um projeto engajado por “*necesidad y vacío*” (Sarlo, 1992, p.15).

Ao todo, foram 39 números publicados até 1945 e que funcionaram como porta-voz da APPMG, tendo por objetivos informar, formar e atualizar professoras primárias, especialmente na aplicação dos Métodos Ativos. Em suas publicações, contaram com artigos escritos por alunas-mestras, normalistas e outros(as) profissionais convidados(as), portanto, engajados(as) pelas editoras e pelos princípios da Educação Ativa. As casas gráficas responsáveis pela impressão foram a Folha de Minas e a Queiroz Breiner LTDA, as quais auxiliaram na considerável tiragem que o impresso alcançou, sendo distribuído em grande parte de Minas Gerais e algumas cidades de outros estados brasileiros, como Bahia e Mato Grosso.

O maior hiato de publicações da Revista Educando foi de quatro meses e ocorreu a partir de setembro de 1944, quando a professora Letícia Campos faleceu. Isso, e o momento político brasileiro promoveram no impresso um período de críticas à oficialidade, o qual só cessaria junto à própria Revista, em agosto de 1945. O fim do projeto editorial também se vinculou à necessidade de suas editoras focarem em outros projetos, como já vimos.

Ao longo da existência da Revista, as sete professoras-editoras estiveram à frente de todo seu processo gerencial, desempenhando variadas funções, como nos mostra a sistematização no Quadro 3,

**Quadro 3 – Funções editoriais e quem as assumiu na Revista Educando (1940-1945)**

	Período	Direção	Redação	Gerência
Editorial 1	Nº 1 fev. 1940	Marieta Leite	Maria Luíza de Almeida Cunha	-
		-	Letícia Chaves Campos	-
		-	Dulcie Kanitz Vicente Vianna	-
		-	Ondina Amaral Brandão	-
Editorial 2	Nºs 2 – 8 mar. 1940 – nov. 1940	Marieta Leite	Maria Luíza de Almeida Cunha	Zembla S. de Pinheiro Chagas
		-	Letícia Chaves Campos	-
		-	Dulcie Kanitz Vicente Vianna	-
		-	Ondina Amaral Brandão	-
Editorial 3	Nº 9 fev. 1941	Marieta Leite	Maria Luíza de Almeida Cunha	Zembla S. de Pinheiro Chagas
		-	Letícia Chaves Campos	-
		-	Dulcie Kanitz Vicente Vianna	-
Editorial 4	Nºs 10 – 39 mar. 1941 – ago. 1945	Marieta Leite	Marieta Leite	Zembla S. de Pinheiro Chagas
		-	-	Leonilda Montandon

Fonte: Alves (2023)

Marieta Leite atuou como diretora até 1945, assumindo a redação em fevereiro de 1941, quando três das redatoras, que vinham desde a Revista nº1, afastaram-se: Dulcie Kanitz retornou para o Rio de Janeiro para assumir cargo efetivo no Departamento Administrativo de Serviços Públicos; Maria Luíza de Almeida Cunha engajava-se em outros projetos (Valente, 2016); similarmente, Letícia Campos dispunha de atividades significativas na Rádio Inconfidência de Minas Gerais<sup>30</sup> e na direção do Grupo Escolar Flávio dos Santos, com grande número de alunos. Além disso, Ondina Brandão afastou-se da redação em novembro de 1940, possivelmente pelo fato de, à época, assumir a presidência da APPMG. Em contrapartida, na mesma data, Leonilda Montandon deixou a presidência da APPMG e assumiu a gerência da Revista entre os números 10 e 39, assim, ao lado de Zembla Chagas, que também esteve na gerência entre os números 2 e 39.

Mesmo fora do corpo editorial, três das professoras permaneceram contribuindo com a Revista Educando: Letícia Chaves submeteu um artigo autoral para a edição nº 17; já Maria Luíza tem nove autorais entre as edições nº 12 e nº 33; no mais, há textos nas edições nº 9 e nº 38 acerca dos cotidianos da Escola Infantil Delfim Moreira, onde Ondina Brandão era diretora. Isso evidencia que quaisquer possíveis embates pautados em micropoderes entre as sete editoras não justificariam, por si só, o afastamento ou a aproximação de uma ou de outra nos quatro períodos editoriais. Porventura, tais reconfigurações foram consequência dos “itinerários” das editoras, os quais são complexos e podem modificar os rumos de projetos e de sociabilidades construídas entre intelectuais. (Sirinelli, 1986; 2015).

<sup>30</sup> Emissora de Rádio oficial do Estado, criada por meio do Decreto 921, de 26 de junho de 1936, e inaugurada em setembro do mesmo ano. Um estudo sobre esse tema encontra-se em Cota (2016).

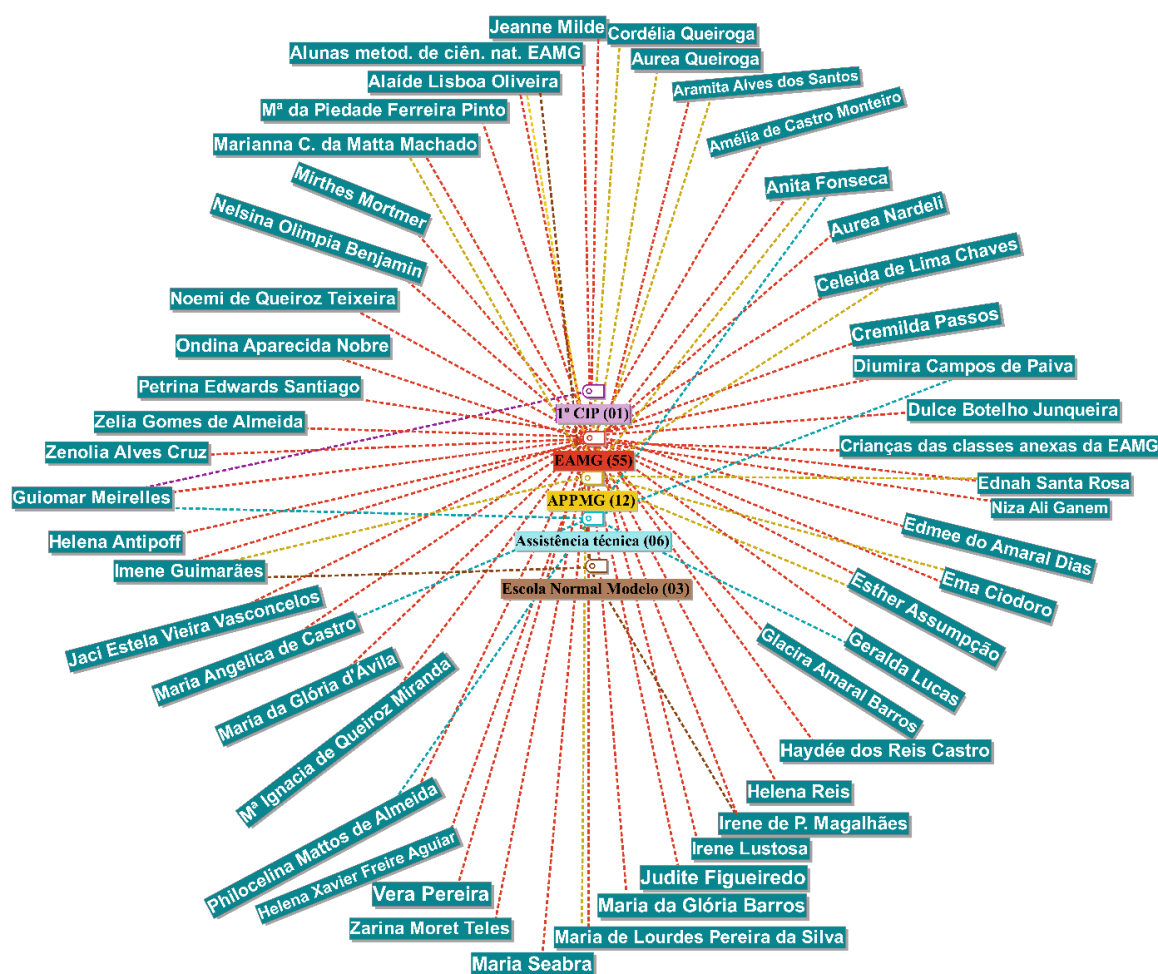


Essa dimensão complexa é inteligível nos motivos que acarretaram o fim da Revista. Inicialmente, lembremos que a maior vacância de um para outro número do impresso ocorre a partir do falecimento de Letícia Chaves, em setembro de 1944. Portanto, uma representação de luto por parte das demais editoras da Revista Educando que, inegavelmente, possuíam apreço por Letícia, estando mesmo juntas a ela até no momento de descida de seu corpo à sepultura, quando Marieta Leite proferiu “sentidas orações” (Luto, 1944, p. 11–12).

Esse mal-estar e o momento político de 1945, que anunciava o fim do Estado Novo brasileiro (1937-1945), estabeleceram na Revista Educando uma fase de críticas à Ditadura do Governo de Vargas, algo até então incomum no impresso. Além disso, o número de páginas e de textos diminuiu em 1945, consequência, provável, de outros projetos em que as editoras estavam engajadas: de um lado, Marieta Leite candidatou-se como Deputada para as eleições nacionais de 1946; por outro, nesse mesmo ano, Zembla Chagas mudou-se para o Rio de Janeiro para assumir cargo na Inspetoria do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação. Ainda nesse âmbito, consideramos que o encerramento das publicações da Revista Educando, em agosto de 1945, não foi uma meta definida pelas editoras, uma vez que não há texto algum no nº 39 do impresso que prenuncie despedida ou similar.

A atuação das sete professoras no cenário educacional mineiro, em especial, como mentoras e editoras da Revista Educando, permite-nos defini-las como intelectuais mediadoras. Ou seja, como intelectuais engajadas em ações políticas e práticas culturais voltadas à promoção e à circulação de bens culturais dispostos de apropriações e de releituras de saberes científicos (Gomes; Hansen, 2016). Por conseguinte, elas integraram a “geração” brasileira de intelectuais que, durante os inícios do século XX, direcionaram suas atuações para “o campo educacional emergente com o objetivo de reorientá-lo para práticas modernas e científicas, notadamente escolanovistas” por meio de suas “inserções e formas de atuação no campo educacional, editorial e na burocracia do estado” (Silva, 2016, p. 290). Para tal, deve-se conceber que uma geração ultrapassa as idades cronológicas dos sujeitos de um grupo, indo “além do procedimento apenas descritivo ou taxonômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos e fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio” (Sirinelli, 2015, p. 255).

Quanto às redes de sociabilidades e engajamentos das professoras-editoras, tendo-se em vista que as práticas de mediações culturais “são exercidas por um conjunto diversificado de atores” (Gomes, Hansen, 2016, p.8) e que periódicos “*son [...] un mapa de las relaciones intelectuales, con sus clivajes de edad e ideologías, una red de comunicación entre la dimensión cultural y la política*” (Sarlo, 1992, p.15), notamos que o sucesso editorial da Revista Educando é qualificado, sobretudo, pelas sociabilidades engendradas entre suas sete editoras com outras(os) intelectuais que também comungavam dos ideários da Educação Ativa em ambientes pedagógicos advindos das Reformas João Pinheiro, de 1906, e Francisco Campos, de 1927. Sobre essas redes e espaços de sociabilidades, analisemos o Gráfico 2:

**Gráfico 2 – Sociabilidades com autoras (1927-1945)**

**Fonte:** *software* MaxQDA a partir de categorizações nossas

O Gráfico 2 evidencia as sociabilidades das editoras da Revista Educando com parte das autoras de textos publicados no impresso. Os dados dividem-se em três seções visuais: no centro e com cores representativas, há os espaços de sociabilidades; nas extremidades, há os nomes das(os) autoras(es) e, por fim, as linhas pontilhadas conectando-as aos respectivos espaços.

Nesse sentido, tem-se como espaços de sociabilidades: o 1º Congresso de Instrução Primária (1º CIP), a Associação de Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), a Escola de Aperfeiçoamento (EAMG), a Assistência Técnica Pedagógica e a Escola Normal Modelo, de Belo Horizonte. Logo, salientam não só a reverberação do Ensino Ativo na educação de Minas Gerais, mas também afetos e engajamentos entre as sete editoras da Revista Educando, entre 1927 e 1945.

Partamos do questionamento: no geral, quem eram os autores e autoras de textos da Revista Educando? Acerca disso, em 1939, Marieta Leite define à grande mídia que: convites foram feitos aos “**nossos amigos**” que trabalham com eficiência para a solução feliz dos problemas educacionais (Associação..., 1939, p. 6 – grifo nosso), estando dentre esses “**nomes destacados**” nos quadros educacionais de Minas” (Pela..., 1939, p. 9 – grifos nossos). Essa configuração de autorias prevalece até o fim do impresso, vide que no Gráfico 2 há nomes que dispunham tanto de sociabilidades com as editoras, quanto de legitimidades no Campo do Ensino da época: Helena Antipoff, Jeanne Milde, Guiomar Meirelles (professoras da EAMG), Anita Fonseca e Alaide Lisboa (escritoras de livros infantis), alunas da EAMG, dentre outras. A presença dessa intelectualidade, portanto, além de amizade, pode ser entendida como estratégia editorial de legitimação da Revista Educando nos âmbitos pedagógico e intelectual.

Considerando as proporções, observa-se no Gráfico 2 a presença de 49 autoras que submeteram textos à Revista Educando, número três vezes superior aos de autores convidados para publicar nesse periódico<sup>31</sup>. Essa diferença pode ser explicada, principalmente, por dois fatores: primeiro, pela presença majoritária de mulheres nos cargos da educação primária em Minas Gerais, pelos menos desde a Reforma de 1906 (Prates, 1989; Peixoto, 1981; 2003); em segundo, o fato de que os principais espaços de sociabilidades entre as editoras com as autoras estavam concentrados na EAMG (com 55 entrelaçamentos prosopográficos), na APPMG (com doze) e na Escola Normal Modelo (com três).

Em contrapartida, em outra pesquisa (Alves, 2023), verificamos que os autores são mais numerosos que as autoras nas redes de sociabilidades formadas no âmbito do 1º CIP (com três entrelaçamentos prosopográficos) e da Assistência Técnica Pedagógica (com oito), o que corrobora a análise de Peixoto (2003), segundo a qual a inserção feminina no mundo burocrático mineiro, embora legitimada por dispositivos normativos da República, ainda se dava de forma desigual.

Assim, a Revista Educando configurava-se tanto como um espaço de expressão das redes de sociabilidades entre profissionais engajadas na difusão das Pedagogias Ativas, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, quanto como um artefato de promoção da participação e legitimação de mulheres intelectuais na esfera pública. Essa última característica, evidencia as nuances dos micropoderes e das disputas de gênero que atravessavam as relações entre homens e mulheres no período<sup>32</sup>.

A despeito dos embates existentes, é possível compreender a Revista Educando como um produto de mediação cultural de seu tempo, constituída por intelectuais sensibilizadas com as políticas que orientaram a geração intelectual aqui delimitada. Essa leitura se sustenta nos próprios discursos veiculados no impresso, nos quais suas mentoras e editoras afirmam que a Revista “EDUCANDO propôs-se conduzir a flâmula de renovação escolar que, desde duas décadas, ou desde 35 anos, se remontarmos a João Pinheiro, se levantou em Minas [...], **viva consciência da necessidade e do dever nos levou à aventura**” (Um Lustro..., 1944, p.767 – a caixa alta da fonte; grifo nosso).

## Considerações finais

Neste artigo, apresentamos alguns resultados do estudo acerca das biografias coletivas das professoras primárias Dulcie Kanitz Vicente Vianna, Leonilda Scarpelli Montandon, Letícia Chaves Campos, Marieta Leite, Maria Luíza de Almeida Cunha, Ondina Amaral Brandão e Zembla Soares Pinheiro Chagas, que tiveram forte atuação profissional no campo da educação renovada em Minas Gerais. Vimos que, tanto o fato de serem naturais de diferentes cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, quanto o de terem idades cronológicas diferentes, não foram empecilhos para que, juntas, se engajassem em projetos intelectuais comuns. Esse grupo de mulheres, por um lado, recebeu formações de *habitus* similares, por outro, durante o período aqui considerado, em Belo Horizonte, integrou uma geração intelectual que assumiu o debate público e a defesa da modernização educacional, pautada na reverberação dos Métodos Ativos no ensino primário, discutidos e difundidos em diferentes espaços de sociabilidades pedagógicas, como a

<sup>31</sup> Ao todo, foram identificados 26 autores e 71 autoras que submeteram textos para a Revista Educando. Os números apresentados no Gráfico 2 é inferior, pois contempla apenas os casos em que foi possível confirmar, por meio das fontes, algum tipo de relação de sociabilidades com as editoras.

<sup>32</sup> Sobre a presença de homens e mulheres em periódicos nas primeiras décadas do século XX, destaca-se o artigo de Carraro e Hayashi (2024), que analisa os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), desde 1925. As autoras mostram como a LBHM atribuía às mulheres um papel educador fundamental no projeto higienista, apesar da participação restrita delas na autoria e nos quadros da Liga. Algumas romperam essas barreiras, atuando como médicas, professoras e autoras, mesmo sob forte controle de um discurso patriarcal.

Escola Normal Modelo, o I Congresso de Instrução Primária, a Assistência Técnica Pedagógica, a Escola de Aperfeiçoamento e a Associação de Professores Primários de Minas Gerais.

O apreço pela convivência cultivada entre elas nesses espaços possibilitou que, entre 1937 e 1939, por meio da APPMG, se engajassem no projeto de mentoria de um impresso de orientação técnico-pedagógica que representasse a Associação e, simultaneamente, promovesse a formação moral e intelectual das professoras primárias. O projeto previa a difusão teórico-prática de conhecimentos e saberes voltados à renovação do ensino, especialmente diante da iminente interrupção da Revista do Ensino, principal publicação do período, cuja circulação seria suspensa a partir do primeiro semestre de 1940. Como resultado desse engajamento, foi criada a Revista Educando, que circulou, entre 1940 e 1945, por grande parte de Minas Gerais e alcançou, ainda, cidades do Mato Grosso e da Bahia. Tal êxito editorial estaria diretamente relacionado à gestão das sete professoras e, bem assim, às redes de sociabilidade intelectual por elas construíram.

Ao tomarem as proposições “renovadas” como eixo condutor de suas práticas culturais e de suas ações políticas, as sete mulheres engajaram-se na divulgação e na difusão qualificada dos princípios da Educação Ativa. O projeto da Revista Educando, portanto, não teve como meta produzir novos métodos pedagógicos, mas buscou, sobretudo, traduzir e qualificar conhecimentos científicos já consolidados em linguagem acessível às professoras do Ensino Primário. Ao refletirmos sobre o sentido de suas ações e produções, na interação com os contextos em que se inscreveram e foram ressignificadas, compreendemos que as sete mulheres - professoras e editoras - atuaram como intelectuais mediadoras.

Dessa forma, neste artigo, buscou-se conferir visibilidade às “editoras inenarradas”, isto é, às mulheres que, embora tenham estado à frente de um importante artefato cultural vinculado à Educação e à História, permaneceram à margem da produção científica, seja por não figurarem como protagonistas nas narrativas existentes, seja por não serem reconhecidas como intelectuais em termos teóricos analíticos.

## Referências

ALVES, Lucas José. *Mulheres intelectuais na mentoria e editoria da “Revista Educando” em Minas Gerais (1940-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana), Belo Horizonte, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.13565.27368>

ALVES, Lucas José; NOGUEIRA, Vera Lúcia. Entre Araxá e Belo Horizonte: itinerários intelectuais de Leticia Campos e Leonilda Montandon (1929-1944). *Ideias*, Campinas, v. 15, e024002, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/ideias.v15i00.8673943>

BESCHIZZA, Rafaela Magalhães França. *Revista Educando: uma estratégia de formação da Associação dos (das) Professores (as) primários de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Educação), São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-08062022-083833/pt-br.php>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação* - Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). 1ª ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1997.

BRUSCHI, Marcela; SCHNEIDER, Omar. As mulheres como autoras: produção e circulação do conhecimento sobre educação física em impressos capixabas (1932-1936). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 116–123, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.011>

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e o projeto de uma biblioteca nacional. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 177–215.

CARRARO, Mariana; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Mulheres e educação na Liga Brasileira de Higiene Mental e nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (1925-1947). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, MG, v. 23, p. e2024-46, 2024. DOI: 10.14393/che-v23-e2024-46

CARUSO, Andrea. *Traço de união como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Programa de Pós-Graduação em Educação), Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=124073](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=124073). Acesso em: 12 de abril de 2024.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Modernizar e civilizar: reformas educacionais em Minas Gerais no final do século XIX e princípio do XX (1982-1928). In: *Caderno de Resumos do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: EDUFRN, 2013. [recurso digital]. Disponível em: <https://www.snh2013.anpuh.org/>. Acesso em: 03 de abril de 2025.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. Reformas educacionais em Minas Gerais: instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v.12, n.46, p.219-237, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640082>.

CARVALHO, Lucas Oliveira Rodrigues de; CASSANI, Juliana Martins; NETO, Amarílio Ferreira; SANTOS, Wagner dos. Prescrições didático-pedagógicas para a educação física na imprensa periódica de ensino e de técnicas (1932-1960). *Journal of Physical Education*, Maringá, v.31, n.1, p.3–14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/z9b6hbW5YzBrvmqBwhBWCXx/?lang=pt>. Acesso em: 03 de dezembro de 2024.

COTA, Leide Mara da Conceição. *Rádio, educação e formação da identidade nacional: um estudo da Rádio Inconfidência de Minas Gerais (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AR5HD3>. Acesso em: 03 de dezembro de 2025.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. *O trabalho de ensinar: pedagogia para a professora*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 1988.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; e MACIEL, Francisca Izabel Pereira. (org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT - Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006.

GIL, Natália; CALDEIRA, Sandra. Escola Isolada e Grupo Escolar: as variações estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. *Estatística e Sociedade*, Porto Alegre, RS, v.1, p.166-181, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/estatisticaesociedade/article/view/24543>. Acesso em: 05 de março de 2025.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; AFONSO, Bruna; FIGUEIREDO, Ellen Rose; NOGUEIRA, Priscila Bahiense. O projeto republicano de instrução e as escolas isoladas urbanas: entre a transitoriedade e a permanência (Belo Horizonte 1906-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2[41], p. 311-340, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v16i2.930>.

HANSEN, Patrícia Santos; GOMES, Angela Maria de Castro. (org.). Intelectuais mediadores: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 3–25.

HAYDN, Amanda. *Como se fabrica um herói católico para a educação*: um estudo prosopográfico da Ação Social Brasileira e da Associação dos Antigos Alunos da Companhia de Jesus (1930 - 1934). Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Programa em Pós-Graduação em Educação), São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/30930/1/Amanda%20Haydn.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

KREUTZ, Lúcio. Das Schulbuch (o livro escolar), 1917-1938: um periódico singular para o contexto da imprensa pedagógica no período. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 193–215, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29278>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

MELO, Cleide Maria Maciel de. *A infância em disputa*: escolarização e socialização na reforma de ensino primário em Minas Gerais, 1927. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8D4LKC>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2024.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891-1924*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84YSKW>. Acesso em: 08 de abril de 2024.

OLIVEIRA, Eliana de. *O processo de produção da profissão docente*: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8NEGDD>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta Peixoto. A escola no regime autoritário: o caso mineiro. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 6, n. 00, p. 3-10, dez. 1987.



PEIXOTO, Ana Maria Casasanta Peixoto. *A reforma educacional Francisco Campos - Minas Gerais*, Governo Presidente Antônio Carlos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 1981.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta Peixoto. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. 1. ed. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2003. (Estudos CDAPH).

POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixerais e o “fechamento de portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cad. AEL*, São Paulo, v. 6, n. 10–11, p. 111–146, 1999. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2480/1890>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. *A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em História), Belo Horizonte, 1989.

MORAIS, Ramona Mendes Fontoura de. *Gestando uma “profissão relativamente nova”: a Educação Física na Escola de Aperfeiçoamento (Belo Horizonte, 1927-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A4CFHA>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger. (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Tradução: Hildegard FEIST. São Paulo: Schwarcz LTDA, 2009. v. 3, p. 169–210.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América*, Paris, v. 9–10, Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970, p. 9-16, 1992. DOI: <https://doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A imprensa pedagógica e a educação de escravos e libertos na corte imperial: impasses e ambiguidades da cidadania na Revista Instrução Pública (1872-1889). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 4, p. 13–25, 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/292>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte Imperial (1870-1889): O exemplo da instrução pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 379–390, 2005.

ROSA, Maristela. Fragmentos de uma memória viva: a experiência vivida por Everardo Backheuser, arquivada por Alcina Moreira de Souza. In: *Anais do III Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC, 2017.

SILVA, Giovanna Camila da. *A partir da Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da Educação Física no Estado*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em Educação), Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-87BNNN>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

SILVA, Giovane José da. Universidade do Ar: Jonathas Serrano e a formação dos professores de história pátria pelas ondas do rádio. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 289–330.

SIRINELLI, Jean François. Le hasard ou la nécessité ? Une histoire en chantier : l’histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, Paris, v.9, n.1, p.97-108, 1986. DOI: <https://doi.org/10.3406/xxs.1986.1452>.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 231–270.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 115–137, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>

VALENTE, Poliana Aparecida. *Mulheres católicas em ação: caridade, saúde e divulgação de ciências em Belo Horizonte (1897-1936)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais (Programa de Pós-Graduação em História), Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQGHJSJ>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-486.

## Fontes

APPMG. *Estatuto da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais*. Dispõem da organização institucional e administrativa da Entidade. Belo Horizonte, 1931; 1938; 1940.

APPMG. *Atas de Reuniões da Associação de Professores Primários de Minas Gerais (1931-1945)*. Belo Horizonte: APPMG. [Reuniões ocorridas em 18/03/1937, p.19; 30/07/1938, p.34; 27/09/1938, p.36; 20/05/1939, p.43; 11/08/1939, p.46; 27/09/1938, p.36]

ASSOCIAÇÃO dos Professores Primários de Minas Gerais. *Minas Gerais: órgão oficial dos poderes do estado*, Belo Horizonte (MG), Ano XLVI, 246 ed., 22 de outubro de 1937, p. 11.

ASSOCIAÇÃO dos Professores Primários de Minas Gerais. *Minas Gerais: órgão oficial dos poderes do estado*, Belo Horizonte (MG), Ano XLVII, 187 ed., 12 de agosto de 1938, p. 13.

ASSOCIAÇÃO dos Professores Primários. *Minas Gerais: órgão oficial dos poderes do estado*, Belo Horizonte (MG), Ano XLVII, 237 ed., 06 de outubro de 1939, p. 6.

CURSO de extensão pedagógica promovido pela "Associação dos Professores Primários de Minas Gerais". *Minas Gerais: órgão oficial dos poderes do estado*, Belo Horizonte (MG), Ano XLIV, 159 ed., 09 de julho de 1935, p. 10.



LUTO. *Minas Gerais*: órgão oficial dos poderes do estado, Belo Horizonte (MG), Ano LII, s.e., 31 de outubro de 1944, p. 11-12.

O DEPARTAMENTO da A. B. de Educação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ), Ano XXVII, 10.431 ed., 05 de janeiro de 1929, Seção Notícias de Minas, p. 7.

O GOVERNADOR Valadares tem melhorado muito o ensino de Minas. *A Tarde*, Rio de Janeiro (RJ), Ano XII, 29 de junho de 1939, n.p.

OS NOVOS estabelecimentos de instrução. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ), Ano XVIII, 7.293 ed., 14 de fevereiro de 1919, p. 3.

PELA causa do ensino e dos educadores. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (RJ), Ano LXIV, 220ª ed., 16 de setembro de 1939, p. 220.

UM LUSTRO ☆. *Revista Educando*, Belo Horizonte (MG), Ano V, 29-30 ed., janeiro e fevereiro de 1944, p. 767.

VIDA escolar na Escola Normal. *O Muzambinhense*, Muzambinho (MG), 1ª ed., 10 de novembro de 1929, p. 4.